

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

DIREITO
TRIBUTÁRIO
E **DIÁLOGO**
CONSTITUCIONAL

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1176458

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

OL48d

Oliveira, Gustavo da Gama Vital de
Direito tributário e diálogo constitucional / Gustavo da Gama Vital de
Oliveira. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
272 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 225-259.

ISBN 978-65-5510-004-4

1. Direito tributário. 2. Controle de constitucionalidade. 3. Emenda
constitucional. 4. Direito constitucional. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
A questão terminológica	6
1. A Correção Legislativa da Jurisprudência no Cenário do Direito Constitucional Contemporâneo	9
1.1 Separação de Poderes, ascensão do Judiciário e dos precedentes judiciais	9
1.2 A Correção Legislativa da Jurisprudência na história constitucional dos Estados Unidos da América	14
1.2.1 A Décima Primeira Emenda: reação ao precedente <i>Chisholm vs. Georgia</i>	14
1.2.2 A Décima Quarta Emenda: reação ao precedente <i>Dred Scott vs. Sandford</i>	17
1.2.3 A Décima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Pollock vs. Farmers' Loan & Trust Co.</i>	18
1.2.4 A Vigésima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Oregon vs. Mitchell</i>	19
1.3 Correção Legislativa da Jurisprudência e supremacia judicial no direito norte-americano	20
1.3.1 <i>Texas vs. Johnson, Flag Protection Act</i> e <i>United States vs. Eichman</i>	21
1.3.2 <i>Employment Division, Department of Human Resources</i> of <i>Oregon vs. Smith, Religious Freedom Restoration</i> Act e <i>City of Boerne vs. Flores</i>	22
1.3.3 <i>Miranda vs. Arizona</i> e <i>Dickerson vs. United States</i>	25
1.3.4 A supremacia judicial na doutrina norte-americana.....	26
1.3.4.1 Críticas de ordem democrática à supremacia judicial.....	35
1.3.4.2 Críticas de ordem institucional à supremacia judicial	49
1.4 A teoria do diálogo constitucional.....	51

1.4.1 A teoria do diálogo constitucional no direito canadense.....	51
1.4.2 A teoria do diálogo constitucional no direito norte-americano....	55
1.5 Correção Legislativa da Jurisprudência e Supremacia Judicial no Direito Constitucional Brasileiro	63
1.5.1 Supremacia judicial e diálogo constitucional podem conviver no sistema constitucional brasileiro?.....	77
1.5.2 Diálogo constitucional: novo nome para ideias antigas?.....	104
2. Aspectos Gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência	107
2.1 Funções da Correção Legislativa da Jurisprudência no Estado Democrático de Direito.....	107
2.2 Aportes da doutrina norte-americana sobre a correção legislativa da jurisprudência	113
2.3 A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Brasileiro.....	136
2.4 Limites da Correção Legislativa da Jurisprudência	152
2.4.1 Limites formais	152
2.4.2 Limites materiais	159
3. A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro	165
3.1 Aspectos históricos.....	165
3.1.1 A Emenda Passos Porto (EC no 23/1983).....	167
3.2 Aspectos gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro.....	169
3.3 Hipóteses de Correções Legislativas da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro.....	201
3.3.1 A EC no 20/1998 e o art. 195, inc. I da CRFB/1988	201
3.3.2 A EC no 29/2000 e a progressividade fiscal do IPTU	204
3.3.3 A EC no 33/2001 e o ICMS na importação por pessoa física	208

3.3.4 A EC no 39/2002 e a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	215
Conclusão ... Proposições Objetivas.....	219
Referências	225